

MANIFESTO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EUROPA¹

Nós, cidadãos europeus de diferentes origens e países, exigimos hoje uma profunda transformação das instituições e das políticas europeias. Este Manifesto contém propostas concretas, em particular um projeto de Tratado de Democratização e um projeto de Orçamento, que podem ser adotados e aplicados tal qual pelos Estados que desejem avançar nesse sentido, sem que nenhum outro país os possa bloquear. Estes documentos podem igualmente ser assinados online (www.tdem.eu) por todos os cidadãos europeus que se reconheçam no seu conteúdo. Podem enfim ser assumidos, trabalhados e melhorados por todas as forças políticas.

Depois do Brexit e da eleição de governos antieuropeus à frente de vários Estados-Membros, deixou de ser possível continuar como antes e limitarmo-nos a esperar pelos próximos abandonos e pelos próximos enfraquecimentos da UE sem alterar fundamentalmente o funcionamento e as políticas europeias actuais.

O nosso continente está hoje encurralado entre movimentos políticos cujo único programa é a caça aos estrangeiros e aos refugiados - que começaram já a pôr em prática – e partidos que se dizem europeus, mas que, no essencial, continuam a imaginar que o liberalismo puro e duro e a competição generalizada entre tudo e todos (Estados, empresas, territórios, indivíduos) são suficientes para definir um projeto político, sem perceberem que é justamente a falta de ambição social que alimenta o sentimento de abandono.

Alguns movimentos sociais e políticos estão a tentar romper este dilema mortal, procurando o caminho de uma refundação política, social e ambiental da Europa. Situações de emergência não faltam no final de uma década de crise: falta de investimento público estrutural, particularmente na área da formação e da investigação, aumento das desigualdades sociais, aceleração do aquecimento global, crise do acolhimento dos migrantes e refugiados, etc.. No entanto, esses movimentos sentem frequentemente dificuldades em formular um projeto alternativo concreto, isto é, em descrever precisamente como desejariam organizar a Europa do futuro e a tomada de decisões democráticas no seio desta.

Nós, cidadãos europeus, colocamos na praça pública propostas concretas através deste Manifesto, deste Tratado e deste Orçamento. São projectos imperfeitos, mas têm o mérito de existir e todos podem aproveitá-los para os melhorar. Baseiam-se numa convicção simples: a Europa deve construir para os seus cidadãos um modelo original de desenvolvimento social, equitativo e sustentável e só será capaz de os convencer disso abandonando as promessas vagas e teóricas. A Europa só se reconciliará com os seus cidadãos se der provas concretas de que é capaz de estabelecer a solidariedade entre os europeus e de fazer contribuir equitativamente os que ganham com a globalização para o financiamento dos bens e serviços públicos cuja falta se sente hoje de forma cruel. Por outras palavras, fazer com que as grandes empresas contribuam mais do que as pequenas e médias e os contribuintes mais ricos mais do que os mais modestos, o que não acontece actualmente.

As nossas propostas baseiam-se na criação de um Orçamento de Democratização, discutido e votado por uma Assembleia Europeia Soberana, que poderá finalmente dotar a Europa de um poder público capaz de enfrentar de imediato as emergências europeias e, ao mesmo tempo, produzir um conjunto de bens públicos no âmbito de uma economia sustentável e solidária. Só assim poderemos enfim dar sentido à promessa feita no Tratado de Roma de "equalização no progresso das condições de vida e de trabalho".

Este orçamento, se a Assembleia Europeia assim o decidir, será financiado por quatro grandes impostos europeus, sinais concretos desta solidariedade europeia: sobre os lucros das grandes empresas, sobre os rendimentos elevados (superiores a 200 000 € por ano), sobre os grandes patrimónios (de mais de 1 milhão €), e sobre as emissões de carbono (com um preço mínimo de 30 € por tonelada, a actualizar anualmente). Se o

¹ Este Manifesto - publicado simultaneamente em 10 de Dezembro de 2018 nos jornais Le Monde, Die Welt, La Repubblica, The Guardian, Le Soir, La Vanguardia, Politiken e Público - foi dinamizado por um grupo composto por Thomas Piketty, Guillaume Sacriste, Lucas Chancel, Anne-Laure Delatte, Stéphanie Hennette, et Antoine Vauchez e recolheu de imediato a adesão de 122 personalidades de toda a Europa e de fora dela, entre as quais Michel Aglietta, Massimo D'Alema, Pierre Rosanvallon, Dominique Meda, etc.. Em Portugal foi subscrito por Boaventura Sousa Santos e Fernando Vasquez. A lista completa dos subscritores pode ser consultada na edição digital do Público e no site www.tdem.eu

montante total destes novos impostos europeus for fixado em 4% do PIB, como propomos, o orçamento poderá financiar a investigação, a formação e as universidades europeias, um ambicioso programa de investimentos para transformar o modelo de crescimento, o acolhimento dos migrantes e acompanhar os atores dos processos de transformação. Ao mesmo tempo, permitirá criar uma margem de manobra orçamental aos Estados-Membros para reduzirem a carga fiscal regressiva sobre os salários ou sobre o consumo.

Não se trata aqui de criar uma "Europa de transferências" que visaria retirar dinheiro de países "virtuosos" para o dar àqueles que o seriam menos. O projecto de Tratado de Democratização afirma-o explicitamente ao limitar a diferença entre as despesas recebidas e as receitas pagas por um país a um limite de 0,1% do seu PIB. Este limite poderá ser aumentado se houver consenso a este respeito, mas o verdadeiro desafio é outro: é principalmente o de reduzir as desigualdades internas de cada país e investir no futuro de todos europeus, a começar, naturalmente, pelos mais jovens, sem favorecer nenhum país em especial. Esse cálculo exclui as despesas e os investimentos realizados num país para atingir um objectivo de interesse comum que beneficie igualmente todos os outros, tais como os afectados à luta contra o aquecimento global. Na medida em que apoiará bens públicos europeus que aproveitam da mesma forma a todos os Estados-Membros, este Orçamento de Democratização induzirá de facto um efeito de convergência entre os estados europeus.

Porque esta acção tem de ser rápida e temos de fazer sair a Europa da sua teia tecnocrática, propomos a criação de uma Assembleia Europeia com competência para debater e votar os novos impostos europeus e o Orçamento de Democratização sem que seja necessário, numa primeira fase, alterar todos os tratados europeus.

A Assembleia Europeia deverá naturalmente dialogar com os órgãos de decisão atuais (em particular o Eurogrupo que reúne informalmente todos os meses os ministros das finanças da zona euro), mas é ela que, em caso de desacordo, terá a última palavra. Disto depende a sua capacidade para se transformar num novo espaço político transnacional no qual os partidos, os movimentos sociais e as ONGs possam finalmente recuperar o controle das decisões. Mas esta competência de decisão final é também uma condição necessária à sua eficácia, até porque é fundamental fazer sair a Europa da eterna estagnação das negociações intergovernamentais. Recordemos o facto de que a regra da unanimidade fiscal em vigor na UE bloqueia há anos a adopção de qualquer imposto europeu e alimenta a eterna fuga para a frente do dumping fiscal em favor dos mais ricos e dos mais móveis, que persiste ainda hoje e continuará a existir, apesar de todos os belos discursos, enquanto não forem adoptadas novas regras de decisão.

Porque esta Assembleia Europeia será competente para lançar impostos e penetrar por isso na essência do pacto democrático, fiscal e social dos Estados-Membros, é fundamental envolver os deputados dos parlamentos nacionais e europeu. Ao conceder um lugar central aos primeiros, transformaremos de facto as eleições nacionais em eleições europeias: os deputados nacionais não poderão continuar a desculpar-se com as decisões tomadas em Bruxelas e não terão outra escolha que não seja a de explicar aos eleitores os projetos e orçamentos que pretendem defender na Assembleia Europeia. Ao reunir deputados nacionais e europeus numa mesma Assembleia, criaremos práticas de co-governança que existem hoje apenas entre os chefes de Estado e os ministros das finanças.

É por isso que propomos, no Tratado de Democratização - que está disponível online (www.tdem.eu) -, que 80% da Assembleia Europeia seja constituída por deputados dos parlamentos nacionais dos países que aderiram ao Tratado (proporcionalmente ao número de habitantes e à representação política de cada um) e os restantes 20% por membros do actual Parlamento Europeu (proporcionalmente aos grupos políticos). Esta escolha merece uma ampla discussão. Em particular, o nosso projeto também poderia funcionar com uma proporção menor de deputados nacionais, por exemplo, 50%. Mas se esta proporção se tornar demasiado baixa, então a Assembleia Europeia poderá, na nossa opinião, ter menos legitimidade para comprometer todos os cidadãos europeus no caminho de um novo pacto social e fiscal e o aparecimento de conflitos de legitimidade democrática entre eleições nacionais e eleições europeias poderia minar rapidamente o projeto.

Agora é o momento de agir com rapidez. Se é desejável que todos os países da União Europeia adiram rapidamente a este projecto e se é preferível que os quatro maiores países da zona euro (que juntos representam mais de 70% do PIB e da população da zona) o adoptem de imediato, desde o início, o projeto foi concebido

para poder ser jurídica e economicamente adotado e aplicado por qualquer subconjunto de países que o desejem. Este aspecto é importante porque permite aos países e movimentos políticos dispostos a avançar desde já de forma concreta no caminho proposto adotarem imediatamente este projeto ou uma forma melhorada do mesmo. Apelamos a todas e todos a assumirem as suas responsabilidades e a participarem num debate preciso e construtivo para o futuro da Europa.

O que propomos ...

- Uma Assembleia Europeia soberana, um espaço político e democrático transnacional
- Um orçamento para iniciar a transição ecológica e social e criar uma política europeia comum
- Uma alavanca política concreta para finalmente mudar a Europa

SIGNATÁRIOS:

Sébastien Adalid, advogado, professor da Universidade de Le Havre
Michel Aglietta, economista, professor da Universidade Paris-Nanterre
Nacho Alvarez, responsável económico do Podemos, professor associado da Universidade Autónoma de Madrid
Julie Bailleux, cientista política, professora da Universidade Paris 2
Marija Bartl, advogada, professora da Universidade de Amsterdão, Holanda
Marie-Layre Basilien-Gainche, advogada, professora da Universidade Lyon 3
Myriam Benlolo Carabot, professora de Direito na Universidade Paris-Nanterre
Loïc Blondiaux, cientista político, professor da Universidade Paris 1-Sorbonne
Karolina Borońska, médica, Universidade de Wrocław, Polónia
Andreas Botsch, consultor especial do presidente do Deutscher Gewerkschaftsbund (DGB), Alemanha
Patrick Boucheron, historiador, professor do Collège de France
Manon Bouju, economista
Emmanuel Bouju, professor da Sorbonne Nouvelle e membro do Institut Universitaire de France
Begnina Boza-Kiss, investigadora no Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados, Viena, Áustria
Hauke Brunkhorst, Sociólogo, Professor de Sociologia, Universidade de Flensburg, Alemanha
Bojan Bugarič, advogado, professor da Universidade de Ljubljana, Eslovênia
Klaus Busch, professor da Universidade de Osnabrück, Alemanha
Julia Cagé, professora economista de Sciences Po, Paris
Véronique Champeil Desplats, professora de Direito na Universidade de Paris-Nanterre
Lucas Chancel, economista, co-diretor do World Inequality Lab
Christophe Charle, historiador, professor da Universidade Paris 1 Sorbonne
Christian Chavagneux, colunista da Alternatives Économiques
Denis Cogneau, economista, professor associado da Escola de Economia de Paris (PSE)
Amandine Crespy, cientista política, professora da Universidade de Bruxelas, Bélgica
Massimo D'Alema, ex-primeiro ministro italiano
Fabio De Masi, membro do Bundestag, Die Linke, Alemanha
Boaventura De Sousa Santos, sociólogo, professor da Universidade de Coimbra, Portugal
Anne-Laure Delatte, economista, pesquisadora do CNRS
Gabriele Della Morte, advogada, professora associada da Universidade Católica de Milão, Itália
Donatella Della Porta, cientista política, professora da Ecole Normale Supérieure em Florença, Itália
Yves Deloye, cientista político, professor da Sciences Po Bordeaux
Paul Dermine, advogado, professor da Universidade de Maastricht, Holanda
Brigitte Dormont, professora da Universidade Paris Dauphine
Guillaume Duval, editorialista na Alternatives Économiques
Susanne Elsen, socióloga, professora da Universidade Livre de Bolzano, Itália
Emanuele Ferragina, sociólogo, professor da Sciences Po Paris
Bastien François, Presidente da Fundação de Ecologia Política, Professor da Universidade Paris 1-Sorbonne
Philippe Frémeaux, editorialista na Alternatives Économiques
Diane Fromage, cientista política, professora associada da Universidade de Maastricht, na Holanda
Miguel Gotor, historiador, ex-senador do Partito Democratico, italiano
Julien Grenet, economista, professor associado da Escola de Economia de Paris
Ulrike Guérot, cientista político, professor da Universidade do Danúbio, Áustria
Gabor Halmai, advogado, professor do Instituto Universitário Europeu de Florença, Itália
Pierre-Cyrille Hautcoeur, economista, diretor de estudo da EGESS e professor da PSE
Stéphanie Hennette, jurista, professora da Universidade de Paris-Nanterre
Rudolf Hickel, economista, professor da Universidade de Bremen, Alemanha
Mario Hübler, Secretário Geral da Fundação Italiani Europei, Itália
Peter Huber, economista
Élise Huillery, economista, professora da Universidade Paris-Dauphine
Simon Ilse, membro da Fundação Heinrich Böll Stiftung, Alemanha
Liora Israel, socióloga, professora de sociologia na EHESS
Michael Jacobs, economista, professor da Universidade de Sheffield, Reino Unido
Yannick Jadot, deputado no Parlamento Europeu, Europe Ecology Greens
Luis Jimena Quesada, professor da Universidade de Valência, antigo Presidente do Comitê Europeu dos Direitos Sociais

Christian Joerges, professor de Direito na Hertie School em Berlim, Alemanha
Kädtler Jürgen, Diretor da Soziologisches Forschungsinstitut Göttingen (SOFI), Georg-August-Universität, Alemanha
Iphigénie Kamtsidou, professora da Universidade de Thessaloniki, Presidente do Centro Nacional de Administração Pública, Grécia
Jakob Kapeller, Economista, Diretor do Instituto para Análise Abrangente da Economia, Johannes Kepler University, Linz, Áustria
Pascale Laborier, cientista político, professor da Universidade Paris-Nanterre
Justine Lacroix, cientista política, professora da Université Libre de Bruxelles, Bélgica
Sylvie Lambert, diretora de pesquisa do INRA
Camille Landais, economista, professor da London School of Economics, Reino Unido
Sandra Laugier, filósofa, professora da Universidade Paris 1-Sorbonne
Didier Le Bret, diplomata
Rémi Lefebvre, cientista político, professor da Universidade de Lille
Steffen Lehndorff, Economista, Pesquisador no Instituto de Trabalho e Qualificação da Universidade de Duisburg-Essen, Alemanha
Nicolas Leron, cientista político, pesquisador associado do Centro de Estudos Europeus de Sciences Po Paris
Ulrike Liebert, cientista político, professor em Bremen, Alemanha
Pascal Lokiec, jurista, professor da Universidade Paris 1 Panthéon Sorbonne
Philippe Maddalon, advogado, professor da Universidade Paris 1-Sorbonne
Mikael Madsen, advogado, professor da Universidade de Copenhague, Dinamarca
Paul Magnette, Presidente da Câmara de Charleroi, membro do Partido Socialista Belga
Maria Malatesta, historiadora, professora da Universidade de Bolonha, Itália
Francesco Martucci, jurista, professor da Universidade Paris 2
Frédérique Matonti, cientista político, professor da Universidade Paris 1-Sorbonne
Dominique Meda, socióloga, professora da Universidade Paris Dauphine
Robert Menasse, escritor, tradutor e ensaísta, Áustria
Wolfgang Merkel, cientista político, professor do Wissenschaftszentrum Berlin para Sozialforschung (WZB), Alemanha
Sophie Meunier, cientista política, diretora do programa Europa na Universidade de Princeton, Estados Unidos
Zoltan Miklosi, cientista político, professor da Universidade Central Européia de Budapeste, Hungria
Eric Millard, professor de Direito na Universidade de Paris-Nanterre
Robert Misik, jornalista e escritor, Áustria
Éric Monnet, economista, professor associado da Escola de Economia de Paris
Alberto Montero, deputado do Podemos e Professor de Economia na Universidade de Málaga, Espanha
Daniel Mouchard, cientista político, professor da Universidade Sorbonne-Nouvelle
Ulrich Mückenberger, advogado, professor da Universidade de Bremen, Alemanha
Jan-Werner Muller, cientista político, professor da Universidade de Princeton, Estados Unidos
Olivier Nay, professor de Ciências Políticas em Paris 1-Sorbonne
Sighard Neckel, professor da Universidade de Hamburgo, Alemanha
Fernanda Nicola, advogada, professora da American University em Washington, EUA
Silke Ötsch, sociólogo, Priv.-Doz., Innsbruck, Áustria
Walter Ötsch, Economista, Professor de Economia, Instituto de Economia, Cusanus Hochschule, Alemanha
Bruno Palier, cientista político, diretor de pesquisa do CNRS, Sciences Po Paris
Mazarine Pingeot, escritora e professora da Universidade Paris 8
Martin Pigeon, investigador sénior do Observatório Europeu de Empresas, Bélgica
Thomas Piketty, economista, diretor de estudos da EHESS
Sébastien Platon, jurista, professor da Universidade de Bordeaux
Thomas Porcher, economista, co-fundador da Place Publique
Christophe Prochasson, historiador, presidente da École des Hautes Études en Sciences Sociales
Thomas Ribemont, Presidente da Ação Contra a Fome
Julie Ringelheim, advogada, professora da Universidade Católica de Lovaina, Bélgica
Daniel Roche, historiador, professor do Collège de France
Pierre Rosanvallon, historiador, professor do Collège de France
Ruth Rubio Marin, advogada, professora da Universidade de Sevilha, Espanha
Guillaume Sacriste, cientista político, professor da Universidade Paris 1-Sorbonne
Emmanuel Saez, economista, professor da Universidade de Berkeley, Estados Unidos
Gisele Sapiro, socióloga, diretora de estudos do EHESS e diretora de pesquisa do CNRS
Francesco Saraceno, economista, diretor de pesquisa da OFCE, Sciences Po Paris
Thomas Sauer, economista, membro do ATTAC, professor do Ernst-Abbe-Hochschule em Jena, Alemanha
Patrick Savidan, filósofo e fundador do Observatório da Desigualdade
Frédéric Sawicki, cientista político, professor da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne
Axel Schäffer, deputado do SPD, membro do Comitê do Bundestag na Europa, Alemanha
Alan Scott, sociólogo, professor da Universidade da Nova Inglaterra, Austrália, e da Universidade de Innsbruck, Áustria
Thomas Sterner, professor em Gotemburgo, Suécia
Julien Talpin, cientista político, pesquisador do CNRS
Stéphane Troussel, PS Presidente do Conselho Geral de Seine-Saint-Denis
Laurence Tubiana, Professora Associada da Sciences Po Paris
Boris Vallaud, MP, membro do Partido Socialista
Fernando Vasquez, antigo membro da DG Emprego da Comissão Europeia, Portugal
Antoine Vauchez, cientista político, diretor de pesquisa do CNRS
Brigitte Young, economista, professora emérita de economia política internacional, Universidade de Münster, Alemanha
Gabriel Zucman, economista, professor da Universidade de Berkeley, Estados Unidos